

NARRATIVAS IMAGÉTICAS DA VIOLÊNCIA: dramatização da morte na mídia impressa da Amazônia Paraense

Sergio do Espírito Santo FERREIRA JUNIOR⁸⁸

Resumo: Este artigo pretende analisar as narrativas imagéticas sobre a violência na Amazônia Paraense, a partir do impresso Diário do Pará e seu caderno Polícia, com narrativas diárias sobre a violência urbana. Propomos a noção de narrativa imagética como articulação entre imagem fotográfica e elementos textuais na construção de narrativas sobre eventos violentos, sobretudo a morte e homicídios. Essas narrativas constituem uma dramatização, um uso social da violência pela mídia, em que distorções e estereótipos se tornam meio de compreender o fenômeno da urbana. Analisamos a dramatização pela composição fotográfica e como difusora de representações sociais. Baseamos nossa discussão sobre imagem em Aumont, Barthes e Sontag; e a discussão sobre representações sociais, em Jodelet e Porto.

Palavras-chave: Narrativa imagética. Dramatização. Violência. Morte. Amazônia Paraense.

Abstract: This article aims to analyze the imagetive narratives about the violence in Pará in the Amazon, from the printed version of the Diário do Pará and its police section, which reports daily accounts of urban violence. We propose that the notion of imagetive narrative as a link between photographic images and textual elements in the construction of narratives about violent events, especially death and homicides. The narratives constitute dramatization and a social use of violence by the media, in which distortions and stereotypes become means of understanding the phenomenon of urban violence. We have analyzed this dramatization, through the photographic composition and how it diffuses social representations. We have based our discussion about image on

⁸⁸ Graduando em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Bolsista PIBIC do projeto de pesquisa "Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense" (UFPA/CNPq). E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

Aumont, Barthes and Sontag, as we have based the discussion about social representations on Jodelet and Porto.

Keywords: Imagetic Narrative. Dramatization. Violence. Death. Amazon from Pará

1. Introdução

A discussão sobre os fenômenos envolvendo mídia e violência na Amazônia Paraense possui similaridades com aquela verificada em outras localidades, ao mesmo tempo que tem particularidades constatadas no fazer jornalístico paraense, devido à intensa produção atual jornalística sobre a violência. Tem-se constatado a inexistência e a negação um debate sobre a problemática, em prol apenas da exposição de eventos violentos, da cobertura de crimes e não de segurança pública, em que as fotografias que exibem sangue, cadáveres e outras marcas de violência têm produzido e reproduzido representações sobre a ocorrência e presença da violência nas regiões urbanas da Amazônia Paraense.

Em razão disso, muitas vezes nos indagamos se as editoriais que tratam sobre violência são espaços destinados a registros de crimes ou de reflexões sobre esse problema que assusta e amedronta a população. Perguntamo-nos sobre o papel desempenhado pelo jornalismo policial, à medida em que há uma profusão de matérias sobre violência. Observa-se a proliferação de notícias nas mais diversas plataformas, com maiores evidências nas mídias impressa e televisiva. Havendo, tanto em uma quanto na outra, uma abordagem sensacionalista, dramatizada, espetacular e banalizadora, com poucas alterações nessas práticas narrativas. Um processo em que imagens veiculadas e narrativas textuais e visuais se “apoderam de realidades e, ao reproduzi-las para milhões, comunicam, imprimem significados, portam materialidades, selando, inclusive, muito além das fronteiras do saber, uma nova ontologia social e uma nova ética a partir da visibilidade: só existe o que se vê” (SALES, 2007, p. 147-148).

O jornalismo, por meio desse processo mesmo, elabora narrativas sobre a realidade, reorganiza os fatos e os reestrutura segundo uma lógica de representação. Atividade que é potencializada com a narrativas imagéticas, que se constituem como evidência “objetiva” dos acontecimentos. Podemos compreender, a partir de J. B. Thompson (1998), esse processo representações mediado por formas simbólicas: construções significativas estruturadas e inseridas em contextos sociais e históricos específicos. Formas difundidas por uma instituição que detém poder simbólico, detentora de uma “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as

ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Ou seja, compreendemos a mídia como instituição cujas ações simbólicas têm impactos no ambiente sócio-histórico em que ocorrem.

A partir disso, podemos articular a perspectiva que pretendemos lançar sobre as narrativas imagéticas, que compreendemos não apenas como a imagem fotográfica, mas como a sua articulação com outros elementos textuais e visuais, em que, no entanto, essa fotografia possui uma centralidade na narração de um evento. E além disso, buscamos compreender como as narrativas imagéticas sobre a violência na mídia impressa paraense participam de um processo de dramatização, definida como um uso social da violência pela mídia, em que distorções, estereótipos, estigmas e equívocos quanto à realidade social são consolidados como meio de compreender o fenômeno da violência urbana em um determinado contexto. A perspectiva que aqui adotamos é de que essa dramatização da violência nas narrativas imagéticas pode ser analisada do ponto de vista da: 1) dramatização pela composição fotográfica, ou seja, do ponto de vista da fixação e codificação das fotografia como formas simbólicas, portanto, uma análise formal relativamente a essa composição; e 2) da dramatização como difusora de representações, ou seja, das representações sociais produzidas e postas em circulação por meio dessas narrativas, em que pretendemos realizar uma análise interpretativa.

Para os fins deste estudo, que se insere nos resultados da primeira etapa de investigações do Projeto de Pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense”⁸⁹ (UFPA/CNPq), foram analisadas 06 (seis) edições do jornal impresso Diário do Pará, dos meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro de 2012, período em que as edições foram coletadas pelo projeto.

2. Mídia, violência e “cultura do espetáculo”

Essa relação entre mídia e violência na Amazônia Paraense está assente em uma cobertura espetacular, cujas narrativas valorizam o grotesco e o sangue, além de homogeneizar a problemática e banalizar fatos sociais. Os jornais diários que circulam

⁸⁹ O projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense” está sendo desenvolvido desde 2012, na Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto foi dividido em três etapas: a primeira, análise dos jornais impressos paraenses; segunda, os programas televisivos de linha editorial policial e, terceiro, as mídias sociais Facebook e Twitter.

na região Metropolitana de Belém (RMB) e no interior do estado do Pará, privilegiam a abordagem da violência urbana restrita a essa Região Metropolitana, a despeito da circulação ampla no estado. Nos impressos de maior circulação na região, O Liberal, Amazônia Jornal, pertencentes às Organizações Rômulo Maiorana (da família Maiorana), e Diário do Pará, pertencente à Rede Brasil Amazônia de Comunicação (da família Barbalho), a cobertura de violência abrange tão somente crimes e acontecimentos violentos que atingem e ocorrem às regiões periféricas.

A cobertura sobre violência e segurança pública no Brasil, conforme destacam Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2007), apresentou mudanças significativas na última década, principalmente, com a extinção de cadernos de polícia em muitos estados. Não obstante, de acordo com as autoras, a mídia teria uma potencialidade muito grande para contribuir com o poder público, bem como questioná-lo em relação a agenda de políticas públicas para a violência e e muitos jornais, mesmo que timidamente, estariam começando a atuar nessa dimensão.

Na mídia paraense, no entanto, o movimento inverso é evidente. Há uma consolidação dessas práticas de narrar a violência, dessa maneira de difundir formas simbólicas, que se instituiu na mídia local na última década e se intensificou nos últimos anos, sem que haja nenhuma mobilização para pensar a violência como problemática complexa. Essa dimensão é ignorada e a cobertura apenas corre atrás da notícia do crime (RAMOS; PAIVA, 2007), cujo principal alimento são “as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas”. (MICHAUD, 1989, p. 49).

A mídia paraense e sua produção inserem-se no que Alda Cristina Costa (2011) chama de “cultura do espetáculo”, que consiste em uma abordagem esvaziada de conteúdo e de debate social, com foco em aspectos sensacionais, espetaculares e performáticos, que se observa quer nas imagens de ações e imagens da televisão, quer nas fotografias de cadáveres dos impressos, e que se centra em fatos cuja conjuntura é apresentada como dissociada de qualquer contexto sócio-histórico ou questões relativas à estrutura social.

Essa perspectiva sobre as narrativas midiáticas de violência permite-nos avaliar os aspectos que estão presentes nas narrativas midiáticas sobre esse fenômeno. Permite-nos também compreender como essas narrativas, que se têm difundido na sociedade como representações fidedignas de uma realidade social, constituem-se como

representações condicionadas e condicionantes em relação aos indivíduos e situações sobre os quais são construídas as narrativas, como a periferia, os indivíduos dela advindo, entre outros aspectos.

2.1. Cobertura viciada sobre violencia

O jornal Diário do Pará, que analisaremos, foi fundado em 1982, por Laércio Barbalho, surgindo como meio de propaganda política e plataforma para lançamento da candidatura de Jader Barbalho, sobrinho do fundador do jornal, ao governo do estado do Pará. É a partir dos anos 2000 que o seu caráter estritamente político é abandonado, para se lançar em concorrência com O Liberal, que à época era o mais consumido na região. Em 2003, foi criado o caderno Polícia, suplemento diário do jornal, com o objetivo de publicar notícias sobre crimes e criminalidade e de ser um dos principais chamarizes de consumo do impresso paraense, cujo caderno existente até hoje. Desde a sua criação, a linguagem e o tratamento mantêm-se o mesmo, com manchetes irônicas e agressivas e fotografias de cadáveres.

O estilo narrativo desse impresso reproduz lógicas de relatos policiais. Assim, privilegia a Polícia Militar e Polícia Civil como fonte principal. Há nessas narrativas informações sobre o caso, etapas da ação de policiais, mas também a exposição de acusados, reforço de marcas negativas de determinados indivíduos, sobretudo por meio de avaliações (pela adjetivação, de que “bárbaro” e “cruel” são exemplos comuns) e designação (“tarado”, “vagabundo”, “bandido”, “elemento”, etc.), além da vinculação da ideia de origem da violência a espaços periféricos, espaços de pobreza.

Outro aspecto marcante desse tipo de cobertura é a publicação diária de fotografias de cadáveres, como evidência da violência e como modo de atração, de sedução para o consumo, à medida que essas imagens estão nas capas e em grande destaque no interior do caderno (Figuras 1e 2). E é a partir dessas fotografias de morte, mas não só por elas, que se realiza o processo que aqui chamamos de dramatização, processo de composição da narrativa e difusão de representações sobre a violência.

Trata-se um estilo narrativo no qual “os casos em que ocorrem esses tipos de morte, são uniformizados, reduzidos a um conjunto de elementos factuais semelhantes, que reiteram e reapresentam agentes, pacientes e espaços de violência na Região Metropolitana de Belém” (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 58). Em suma,

imagem, textos e o tipo de mensagem simbólica que portam, concorrem para a criação de representações sobre um ambiente marcado pela violência. Podemos falar assim, de uma reprodução e consolidação de uma lógica midiática em que as compreensões de um fenômeno social são apresentadas e reapresentadas por meio de distorções e esvaziamentos, tanto menos informação quanto mais espetáculo.

2.2. A morte e o morrer nos cadernos de polícia

A morte presente nessa cobertura é, assim, apresentada como indicativo pretensamente objetivo do quão corriqueira e intensa a violência se tornou. Indica uma contemporânea ruptura com a ideia da morte como interdito (ARIÈS, 2012), em que era uma experiência a ser rejeitada, percebida principalmente como algo que transtornador à normalidade da vida. De acordo com Walter Benjamin (1987), esse processo de distanciamento e desnaturalização permitia aos homens evitar o espetáculo da morte, concebida como episódio público de participação direta. Essas rupturas fazem retornar o estatuto espetacular da morte, que se delineia com um aspecto público, mas não como outrora. Público porque se dá via meios de comunicação, que tornam a morte e o morrer espetáculo banal e assunto corriqueiro.

Passa-se, então, a falar de “mortes midiáticas” em que é evidenciado o caráter do brutal e violento, conforme Matheus (2011), cujos personagens são indivíduo anônimos. Esse tipo de construção no jornalismo impresso esteve presente em toda uma cultura jornalística de abordagem da violência, que Ramos e Paiva (2007) identificam como aquela que privilegia o crime e a ocorrência violenta, tratando deles superficial e diariamente, porque seriam um produto vendável.

É nesse tipo de narrativa jornalística, presente no impresso Diário do Pará, que os sentidos da morte violenta, sobretudo do homicídio, evidenciam-se com mais força, pois que é sempre apresentada como a morte de um outro, que seria um ente indesejável, inimigo da cena pública, cuja morte representaria alguma espécie de alívio ou de satisfação de um desejo geral, face ao perigo que representaria para a sociedade, além de uma punição pela sua conduta (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 56). De modo que a narrativa torna todo o fato violento e a violência em elementos de uma intriga, que deve ser narrada como história ficcional, mas cujos códigos jornalísticos a inserem na ordem do factual referente a uma realidade objetiva.

3. Focalizando as narrativas imagéticas

A lógica que rege a conformação das narrativas imagéticas é a de qualquer narrativa jornalística. De acordo com Luiz Gonzaga Motta (2010), a narrativa jornalística é resultado de um processo que requer a ação dos jornalistas no momento da composição da notícia, tendo essa composição elementos que ajudam a compreender intencionalidade, discursos, sentidos e elementos das condições de produção no que diz respeito às narrativas que o jornalismo elabora. Trata-se de uma modalidade de ação simbólica com fins de organizar a realidade e experiência sociais, a partir dos elementos presentes na constituição das narrativas, das estratégias de narração, do pano de fundo social e cultural dessas narrativas e sobre as potencialidades de interação ensejado por elas.

É por esse viés de ação simbólica, quer requer um processo de composição e se liga com aspectos sociais, que pretendemos olhar para as narrativas imagéticas presentes nesses impressos. À medida que a violência existe como como um desses fenômenos e como aquilo que é dado a ver por essas imagens, pretensamente construídas como a realidade.

De acordo com Roland Barthes, a propósito de fotografias de guerra, “a fotografia literal apresenta-nos o escândalo do horror, não o horror propriamente dito” (2009, p. 109). As fotografias de violência, a que ele chama “fotos-choque”, ainda quando “explodem” em sua “literalidade”, constituem um processo de observação mediada, em que a apreensão da violência é condicionada pela composição das imagens, pelas motivações e intencionalidades do agente emissor da mensagem simbólica. É nos termos desse viés de composição e organização que pensamos a narrativa imagética, não somente como a fotografia. Essa fotografia, predominante nas narrativas do impresso Diário do Pará, articula-se e é completada por elementos textuais, em uma narrativa imagética.

O caderno Polícia desse impresso vale-se muito de recursos verbais e visuais para pôr em evidência as narrativas sobre a violência por ele construídas. Conforme o material que acionamos, temos várias narrativas sobre mortes violentas, em áreas periféricas da Região Metropolitana de Belém (Figuras 1 e 2). Nesses casos, há, sobre ou ao lado da narrativa textual, uma ou mais fotografias, título quase sempre em vermelho e preto, para evocar violência, legenda e um subtítulo.



Figura 1: Narrativas em análise: 1) “Jovem é assassinado com 4 tiros em Icoaraci”, 06 mar. 2012; 2) “Índio’foi tomar uma ‘jurupinga’ e levou o ‘pipoco’”, 16 abr. 2012; 3) “Fim de carreira para Alanzinho: executado no Bengui”, 28 mai. 2012. Fonte: Caderno Polícia/Diário do Pará.

O olhar para a narrativa imagética permite-nos compreender a complexidade da articulação de elementos na codificação da mensagem simbólica que subjaz à narrativa. Trata-se sim de uma narrativa jornalística. No entanto, pela maneira como ela organiza os acontecimentos, com ênfase no plano do imagético, poderemos dizer que se trata de uma narrativa imagética, cuja eficácia é garantida pela ancoragem e narração de um acontecimento por meio elementos verbais, complementarmente. Desse modo, os elementos (em que se inserem os acontecimentos) dessa narrativa visual e verbal são exatamente: a fotografia, elemento imagético; o título, elemento verbal e, em certa medida, imagético (se pensarmos nas cores); e a legenda e o subtítulo, elementos verbais. Ou seja, em nossa compreensão de narrativa imagética, estamos considerando os elementos visuais em articulação com os verbais.

Sobre o caráter da fotografia jornalística, Barthes (1990) diz que é apresentada como um “análogo do real”, puramente denotativo, imagem com estatuto de “uma mensagem sem código”. No entanto, o autor diz que convenções como o tratamento, o valor estético, certamente se constituem como código, e que a fotografia é, portanto, uma estrutura conotada, que se constrói sobre a denotada, com a intervenção de determinados procedimentos. Dentre eles, Barthes arrola as técnicas fotográficas e o texto. Segundo o autor, uma das funções do texto é conferir a imagem um ou vários sentidos, em um conjunto, que se pretende puramente objetivo e no qual a palavra seria uma estrutura secundária.

Em outro momento de sua obra, ao falar de uma “retórica da imagem”, Barthes afirma que uma das principais funções do texto (a “mensagem linguística”) na fotografia jornalística é a de fixação, de modo que “orienta não mais a identificação, mas a interpretação, constitui uma espécie de barreira que impede a proliferação dos sentidos conotados, seja em direção a regiões demasiadamente individuais (isto é, limita o poder de projeção da imagem)”. (1990, p. 33).

A nossa assertiva sobre a narrativa imagética baseia-se, assim, na perspectiva de Barthes, para quem o texto possui um importante papel importante na ancoragem do sentido. Desse modo, as narrativas imagéticas do caderno Polícia, a imagem é tanto mais conotada quanto mais é parte de uma articulação entre os elementos. Consideremos, na primeira matéria, de 06 de março de 2012, da Figura 2, os elementos verbais como: título (“Jovem é assassinado com 4 tiros”); subtítulo (“Segundo familiares, vítima tinha envolvimento com o tráfico de drogas”); e legenda (“Denilson Braga levou balas no ombro, rosto e pescoço. Testemunhas contaram que de um carro desceram 2 homens, que balearam a vítima e fugiram, junto com outros 2. Polícia busca os suspeitos”). Esses elementos delineiam as fronteiras da mensagem simbólica para a imagem do cadáver ensanguentado do jovem, ancorando os acontecimentos dessas narrativas e os relacionando a um “fora da imagem” em que a morte é representada.

Jacques Aumont (2002), afirma que a imagem (mesmo fixa e única, como no caso da fotografia) é capaz de narrar os acontecimentos nela representados, devido ao fato de possuir pelo menos dois planos de narratividade: a “mostração” (*showing*), relacionada a imagem única; e a “narração” (*telling*), relacionada a uma sequencialidade de imagens. Cumpre observar, que, conquanto o autor insira a questão da sequencialidade, esses dois planos de narratividade também podem se caracterizar pela capacidade de representação de acontecimentos, limitada na mostração e potencialmente maior na narração.

Partindo desses conceitos de Aumont e, em certa medida, ressignificando-os, podemos dizer que a própria narrativa imagética em análise possui essas duas instâncias de narratividade. Assim, podemos dizer que, por se tratar de uma imagem fixa, a fotografia da morte no caderno Polícia, vai se situar no âmbito da mostração, representando os “atores” e o espaço onde a morte se localiza, em um instante dado; e que os elementos textuais se situam no âmbito da narração, apresentando uma sequencialidade e uma determinada quantidade e variedade de acontecimentos

relacionados ao fato mostrado na imagem, organizando a compreensão dos momentos da narrativa. Essa perspectiva é importante, à medida que a dramatização (por composição e difusora de representações) resulta da articulação desses dois planos, que constroem narrativamente o acontecimento, em que a morte representada é ápice de um acontecimento (ou acontecimento ele mesmo) parte de uma representação social.

1. Dramatização pela composição fotográfica

Em uma perspectiva ensaística, Susan Sontag afirma que nas representações por imagens, na fotografia ou no cinema, “o dramático é dramatizado, pela didática da composição e da montagem” (2004, p. 187). Essa composição e montagem na construção da narrativa alinham-se aos pressupostos de Motta (2010) relativamente à narrativa jornalística. De acordo com Thompson (1998), a fixação de conteúdo simbólico em meios técnicos se dá por características de tais meios de difusão de formas simbólicas, como as habilidades, competências e formas de conhecimento necessários e presentes no processo de codificação, que pressupõe o domínio de certas técnicas e processos pelos produtores dessas mensagens simbólicas.

Sob essa perspectiva de composição, vemos que, o Diário do Pará, ao produzir as narrativas sobre violência, situações trágicas, como a morte e o acidente, tende a utilizar fotografias cujo enquadramento técnico destaca aspectos dramáticos, dramatizando-os por meios de procedimentos da construção da própria imagem, ou melhor, por meio da combinação de determinados elementos que irão constituir a imagem fotográfica e narrativa imagética nesse impresso.

A fotografia da violência, sobretudo da morte, pelo aspecto referencial, passa a ter centralidade na articulação dessa narrativa imagética do Polícia, pois que seria a garantia da ocorrência do próprio fato, já que, lendo-as a partir das convenções do jornalismo, as “fotografias jornalísticas não são meramente ilustrativas, e, sim, narrativas dotadas de uma mensagem específica e de uma pretensa fidedignidade com o real. A imagem no jornal funciona com comprovação visível de um acontecimento, como testemunho o que se narra”. (TAVARES, 2006, p. 60-61).

No entanto, mais do que comprovar um evento sobre a qual se narra, a imagem fotográfica da morte mostra (narra, no sentido da mostração) a síntese da ocorrência, que é uma espécie de ápice, expresso como a culminância do acontecimento e também a

consequência de uma série de eventos. No caso das fotografias de morte, como a fotografia mostra quase sempre o cadáver, destacando a presença de sangue e de pessoas no entorno, pode-se dizer que a fotografia na narrativa imagética opera como o elemento que evidencia a ocorrência e a sintetiza em seu desfecho, a própria morte.

Desse modo, é na fotografia que analisamos esse processo de composição da dramatização, pois que os acontecimentos narrados na imagem e nos textos se dão em uma “cena”, de acordo com a noção presente na obra de Aumont (2002), segundo a qual a imagem pode se constituir como uma cena, que seja a representação do espaço onde se desenrola a ação dramática. Vamos considerar, com base em Aumont, os elementos combinados na cena fotográfica da morte no Diário como sendo de três tipos: “elementos de técnica”, “elementos de cenografia” e “elementos de encenação”.

Arlindo Machado diz que a fotografia é “um retângulo que corta o visível” (1994, p. 76), que seleciona e destaca um campo significante, a partir dos interesses da enunciação e que organiza visibilidade e invisibilidade e possui sempre motivações ideológicas. O enquadramento técnico da fotografia, portanto, é o primeiro elemento selecionador do que deve ser visto. As fotografias de morte no Diário do Pará estabelecem uma visão da morte em sua face mais evidente, a do cadáver. Podemos dizer que esse é um dos principais elementos de técnica na composição.

Outros aspectos que concorrem podem ser encontrados na maneira de expressar dessa fotografia, pois “na imagem [fotográfica], o aspecto expressivo ou significante dever ser estudado como uma ‘superfície textual’ que tem uma certa complexidade, ou seja, como um conjunto de signos e códigos e não elementos isolados” (VILCHES, 1987, p. 40, tradução nossa). Para o autor, elementos como cor, contraste, iluminação, todos concorrem nessa “superfície textual” que exprime significados sobre o que é focalizado pelo enquadramento técnico, para além do aspecto somente referencial que a imagem possa ter.

As técnicas que se imprimem nas fotos, portanto, concorreriam para constituir as narrativas sobre a morte no Diário do Pará. Olhemos para as narrativas da Figura 2. Há na fotografia da primeira matéria, um jogo de perspectiva que mostra em primeiro plano o cadáver, com ênfase em seus pés, mostrando em segundo plano espectadores do evento. Na segunda, há uma espécie de jogo de iluminação e contraste. A iluminação exhibe o cadáver envolto por uma iluminação circular, ressaltando a centralidade do corpo e pondo-o como elemento central de uma ação de contemplação da morte. Na

terceira, há a exibição do corpo ocultado por vegetação, visto a certa distância, junto a outras imagens. Há em todas composições a ênfase em uma atmosfera trágica, em que esses elementos técnicos destacam o que na verdade é uma intervenção produtora da dramatização.



Figura 2: Narrativas em análise: 1) “Mistério dona morte de homem à base de pauladas”, 04 ago. 2012; 2) “Dois homens mortos em Abaetetuba à queima roupa”, 02 set. 2012; 3) “Vampirinho’ é executado no misterioso lixão”, 15 out. 2012.
Fonte: Caderno Polícia/Diário do Pará.

Outros elementos, seriam de os de cenografia e de encenação. Aumont afirma que esses conceitos estão inter-relacionados também na representação fílmica e pictórica. Porém, na fotografia esses elementos também podem se fazer presentes. Aumont (2002, p. 228-229) define que a cenografia se refere ao “aspecto espacial da encenação” e a encenação se referiria ao “aspecto dramático”, sobretudo, à “direção de atores”. O que se pode apreender dessa conceituação é que os elementos de cenografia compreenderiam as características que se encontram representadas no espaço da representação; e os de encenação, os indivíduos humanos, que transformados em “personagens”, “atores” da narrativa.

Nas narrativas acima, os elementos de cenografia são os que evidenciam uma dimensão espacial determinada, indicadores de espaço com marcas da periferia da cidade. Os elementos cenográficos seriam, nesse caso, de um modo muito específico, a superfície, ou melhor o chão de terra ensanguentado e ainda a vegetação densa em que há o cadáver, junto a qual há lixo. É uma cenografia que se presta, sobretudo, a criar uma ambiência espacial e nela ancorar o acontecimento da morte.

Já os elementos de encenação, são as próprias pessoas que são mostradas como indivíduos de uma ação em torno da morte, em torno do cadáver. Além do próprio cadáver que é elemento-chave nessa encenação, pois as relações dos outros e os elementos do ambiente justificam-se pelo morto. Desse modo, os “atores” da narrativa podem se encontrar todos esparsos no espaço, mas com uma relação com o “ator” central, o cadáver, que condiciona a ação de todos e a constituição do espaço de encenação (Figura 2).

Percebemos, assim, um modo de construção e de mostrar/narrar a violência urbana de modo similar, que aproxima as abordagens dos casos em que há morte, não só pela presença do cadáver, mas pelo destaque de elementos que potencializam as nuances dramáticas que a narrativa imagética pode adquirir. Uma rotina narrativa que é também responsável pela produção de representações da violência e de mortes violentas nas regiões periféricas.

5. Dramatização como difusora de representações sociais

Ao nos referirmos a esse processo, passamos a compreender como as imagens das periferias violentas são efetivamente ancoradas a representações dos espaços, da cidade, dos indivíduos e da violência. De acordo com Sérgio Adorno (1995), a dramatização é um procedimento midiático em que se evidenciam de um modo hiperbólico as ideias relativas à insegurança e à ocorrência da violência, como um indicativo de que a violência, marcadamente a da criminalidade, aumenta de modo descontrolado, espraia-se pelo tecido social, passa a permear relações de determinados espaços (periféricos), sem que questões de ordem estrutural e contextual, como as contradições do processo de desenvolvimento, a desigualdade, a ineficácia de políticas públicas, sejam levadas em conta. A dramatização é, portanto, produtora de representações, cuja produção e difusão se devem às intenções das instâncias produtoras de informação, mas também à realimentação e alimentação dos significados sobre a violência que já se encontram na sociedade.

De acordo com Ramos e Paiva (2007), na realidade brasileira os altos índices de violência não indicariam um exagero da mídia, ainda que a cobertura não seja satisfatória, à medida que a violência é um fenômeno que ocorre cotidianamente no Brasil e que se encontraria em crescimento. Apesar disso, percebemos que os modelos

mediáticos no Brasil, fazem usos questionáveis dessas violências, de modo que, na refutação desse tipo de narrativa midiática, não devemos considerá-las de maneira amena, como se a repercussão e contribuição dessas narrativas fossem somente pautar e influir no campo político a visibilização do problema social.

Antes disso, as repercussões dessas narrativas inscrevem e fazem circular representações sociais sobre a violência. Representações sociais que se constituem como uma “forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, cujas definições construídas interferem nas práticas frente a um dado objeto social” (PORTO, 2014, p. 62); formas de conhecimento que “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. (JODELET, 2001, p. 17-18). De acordo com Vera França (2004), as representações sobre a violência estão nas imagens produzidas pela mídia, nas experiências dos indivíduos que condicionam as relações com os fenômenos, espaços e imagens.

As representações estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade – elas são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais (FRANÇA, 2004, p. 19).

À medida que falamos dessas formas de conhecimento com repercussões na organização da conduta, da experiência e das práticas sociais, não podemos ignorar as representações sociais postas em circulação pela mídia, que se apresentam como meio de compreender a ocorrência dessa violência e explicar a realidade social a ela atrelada. Assim, observamos, as ideias da cidade perigosa, marcadamente nas localidades periféricas.

Olhemos para os elementos textuais dessas narrativas (Tabela 1). Dentre as representações que essas narrativas projetam ora difusa ora esquematicamente, há pelo menos dois aspectos dessas representações sobre a violência que cumpre destacar: a periferia como um espaço marcado pela sociabilidade violenta e a vitimização por homicídios enquadrada como resultado de desvio e como evento normalizado.

Data	Título	Subtítulo	Legenda
06 mar. 2012	Jovem é assassinado com 4 tiros em Icoaraci	Segundo familiares, vítima tinha envolvimento com o tráfico de drogas	Genilson Braga levou balas no ombro, rosto e pescoço. Testemunhas contaram que de um carro desceram 2 homens, que balearam a vítima e fugiram, junto com outros 2. Polícia busca os suspeitos
16 abr. 2012	"Índio" foi tomar "jurupinga" e levou "pipoco"	Vítima saiu de casa para beber e acabou com tiro na cabeça, assassino ainda é desconhecido	Ainda não se sabe quem matou "índio", nem a motivação do crime, ocorrido em "área vermelha" do Distrito Industrial. Segundo a polícia, vítima seria viciada em drogas
28 mai. 2012	Fim de carreira para Alanzinho	Por ironia do destino, assassinato aconteceu em rua que se chama Felicidade	Alanzinho construiu um currículo respeitável no mundo do crime e era considerado um bandido de alta periculosidade. Como tal, tinha inimigos também poderosos que deram fim à sua vida
04 ago. 2012	Mistério ronda morte de homem à base de pauladas	Vítima teve rosto desfigurado, mas sua moto não foi roubada	Vítima foi morta a pauladas e teve rosto desfigurado. O detalhe é que a moto não foi roubada
02 set. 2012	Dois homens mortos em Abaetetuba à queima roupa	Polícia acredita que mortes estão ligadas ao tráfico de entorpecentes	Antônio José Santos e Célio Paulo dos Santos não tiveram chance de se defender. Matador chegou de carona em uma motocicleta e abriu fogo contra as vítimas
10 out. 2012	"Vampirinho" é executado com misterioso lixão	Aurá é território dominado por grupos de traficantes e local de constantes desovas.	Corpo de "Vampirinho" foi encontrado coberto por mato. Ele foi executado a tiros após ter sido julgado pelo "Tribunal do Crime do Lixão". Várias viaturas foram deslocadas para o Lixão do Aurá por causa do crime

Tabela 1: Elementos textuais das narrativas analisadas:

Fonte: Caderno Polícia/Diário do Pará

São construções problemáticas, pois que, enquanto se projetam enquanto forma de compreensão da ocorrência do fenômeno, causando repercussões simbólicas e concorrendo com outras representações na constituição de experiência dos indivíduos em relação à violência, também fazem circular outras representações presentes no senso comum, em uma memória coletiva, dentro outros processos que requerem um olhar

sobre a subjetividade, mais do que a objetividade do fenômeno (PORTO, 2014). Assim, atrelados a uma imagem fotográfica que ancora o acontecimento na ordem do referencial, elementos narrativos encadeados simbolicamente, como “mortes ligadas ao tráfico de drogas”, “currículo respeitável no mundo do crime”, “vítima viciada em drogas”, “moto não foi roubada”, “julgado pelo ‘Tribunal do Crime do Lixão’”, conforme os expomos na tabela acima, participam da construção das representações.

Relativamente à construção sobre a sociabilidade violenta, as rotinas de cobertura que estabelecem a periferia como espaços e cenário da violência urbana (RAMOS; PAIVA, 2007) corroboram as representações que se produzem e se consolidam sobre essas regiões. O problema presente nessa construção é de projetar o espaço periférico apenas como espaço de violência, sobre o qual os indivíduos devem alimentar a sensação de insegurança, já que esses espaços da cidade se encontrariam invariavelmente minados com essas irrupções da violência urbana. As mortes violentas, assim, sendo evento extremo de manifestação da violência, são apresentadas diariamente e como componentes da cotidianidade das regiões periféricas. Essas representações da morte aderem às representações da periferia como espaço potencialmente perigoso e arriscado. E é aí que se operam alguns deslocamentos e distorções, as causas da violência são apresentadas não pelo viés da problemática social, mas sim pelas relações perigosas que marcam esses espaços, pelos indivíduos envolvidos no “mundo do crime”, alvo e geradores da violência brutal que marca essas áreas. Violência brutal reguladora das relações e organizadora das interações nesse espaço determinado.

Como consequência dessa, temos a segunda representação identificada, em que a ancoragem da violência por meio de estereótipos é mais evidente. A vitimização por homicídios como resultado de um desvio (moral, legal) que induz esses indivíduos a condutas criminosas. Indivíduos desalinhados, resistentes à ordem da normalidade, da produtividade, mas, sobretudo, das regiões periféricas, tornam-se marginais e passam a viver nas teias dessas sociabilidades violentas que, de acordo com a representação, são totalizantes na ingerência desses espaços. Esse aspecto nos leva a outro, ao dessa vitimização normalizada, em que os indivíduos que são apresentados pela narrativa midiática tornam-se os tipos sociais tomados de modo estereotípico como aqueles potencialmente e efetivamente “marcados para morrer”, cujas mortes decorrentes de

homicídios se dão como acontecimento último e resultado dos desvios do indivíduo. Morte, portanto, esperada e normalizada.

São ambos processos de caracterização das mortes, que, mais do que caracterizá-las, categorizam-nas, rotulam-nas, segundo aspectos que definem a causalidade, as circunstâncias e o papel da morte nos locais em que ocorrem. É um tipo de representação sobre as mortes que se imprime em todo o material analisado: a da morte como quitação. Nesse processo, a violência ancorada na periferia é diretamente relacionada a crimes como esses, a uma violência iminente e pronta a explodir nessa periferia, pois que as relações projetadas são oriundas de um poder da violência que ronda essas regiões e a morte é um destino, se não esperado, ao menos previsto. Narrativas que redundam, afinal, em representações estigmatizadas, que reiteram diariamente a onipresença da morte na periferia.

6. Conclusão

Imagens, representações, experiências, condutas, fenômenos, violência. No trabalho de análise aqui empreendido, consideramos alguns processos sociais e comunicacionais que estão atrelados a essa produção de narrativas sobre a violência, pelo viés da dramatização, que condicionam a interpretação dos indivíduos sobre a realidade social e a conjuntura do que seja a violência urbana na Amazônia Paraense. Esse condicionamento não se dá como um processo totalizante, de absoluta influência da narrativa midiática sobre a subjetividade dos indivíduos, ensejando a irrestrita adesão às representações subjacentes a essas narrativas.

Não é, porém, um processo a se negar, à medida que se fala de um contexto local, em que a circulação de um veículo impresso é grande, e que, marcado pela concentração midiática e por uma espetacularização da violência, faz com que versões homogêneas e pouco conflitantes sobre o fenômeno passem a circular, retomando representações sobre a violência já em circulação e contribuindo para um processo de consolidação dessa compreensão do fenômeno, por meio de distorções, estereótipos e equívocos. Instaurando um processo, conforme Michaud (1989), em que importa mais a representação midiática da violência do que as experiências imediatas com a violência como fenômeno.

A dramatização aqui destacada aponta para uma tendência e fenômeno midiáticos, em que a violência alimenta um uso social que simplifica problemáticas sociais, contribuindo na invisibilização de aspectos sociais da violência, da hipervisibilização de crimes e criminalidade, da negação da segurança pública como debate, da compreensão psicologizante da violência e dos indivíduos como única possível, além de reforçar estigmas sobre a periferia e os indivíduos dela advindos. Um processo não isento de repercussões simbólicas, que requer constante problematização e contestação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: ECA/USP, Brasiliense, 1995.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Alda Cristina. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, Maria Ataíde; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; LIMA, Regina Lúcia Alves de; AMARAL FILHO, Otacílio. **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-203.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**, João Pessoa, ano 10, n.11, nov. 2014. p. 55-70.

FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (Org.).

Comunicação, representação e práticas sociais. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida: Idéias e Letras, 2004. p. 13-26.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular:** introdução à fotografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Narrativas do medo:** o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 143-167.

PORTO, Maria Stela. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 60-70.

RAMOS, Silvia. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SALES, Mione Apolinario. **(In)Visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Um Outro nos cadernos “Cidade”. In: VAZ, Paulo Bernardo (Org.). **Narrativas fotográficas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 59-89.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periodística.** Barcelona: Ediciones Paidós, 1987.